



ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES

OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços terceirizados de Projetista de Sistemas de Áudio, com chefia, e de Técnico em Sonorização, para o Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas nos documentos que instruem a presente contratação.

1. Descrição da necessidade da contratação:

A contratação pretendida atenderá ao despacho de Sua Exa. o Presidente do TRT9, no documento de marcador 020 do processo PROAD 2905/2024. A nova contratação também se deve ao término da vigência dos seguintes contratos, em 14-06-2025:

- Contrato 04/2021 (PO 02/2021), de serviços continuados de sonorização, operacionalização de áudio e gravação em áudio no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, com disponibilização de mão de obra em regime de dedicação exclusiva; e
- Contrato 32/2023 (PO 26/2023), de serviços terceirizados de instalador de áudio (*sistema digital, mesas analógicas e mesas digitais, operação e manutenção de cabeamentos e instalações de sonorização em sessões, seminários, reuniões e outros eventos realizados pelo Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região*)

A necessidade da contratação reside em que as atividades de apoio ao uso dos equipamentos de sonorização são de fundamental importância para as unidades que demandam, realizam ou coordenam eventos institucionais, ao passo que não há, no quadro de pessoal do Tribunal, cargos especializados com as atribuições indicadas.

Importante destacar que os serviços de projetista de sistemas de áudio, com chefia, e de técnico em sonorização são essenciais para o cumprimento dos objetivos estratégicos do TRT-PR na perspectiva a seguir relacionados, constantes no Plano Estratégico Institucional PEI TRT-PR 2021-2026, instituído pela Resolução 159/2012 do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região:

- Perspectiva Sociedade: a contratação pretendida ajudará o Tribunal a “*Fortalecer a comunicação e as parcerias institucionais*”, principalmente o que tange a “*fortalecer a transparência e a imagem da Justiça do Trabalho*”, bem como ajudará a “*Promover o trabalho decente e a sustentabilidade*”, tendo em vista que tanto nas Sessões de Julgamento, como nas Audiências de 1º Grau e de Dissídio Coletivo de Greve, o uso adequado dos recursos de áudio causa impacto imediato nas atividades relacionadas, que contam com a participação direta da sociedade, seja ela representada por partes em processos, estudantes, sindicatos, advogados, procuradores, palestrantes e demais autoridades que participam dos mais diversos eventos promovidos pelo Tribunal, com profunda discussões e debates relacionados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS da Organização das Nações Unidas – Agenda 2030;



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

- Perspectiva Processos Internos: a contratação pretendida ajudará a “*Garantir a duração razoável do processo*”, considerando que na realização de Audiências e Sessões de Julgamento o uso adequado dos recursos de áudio assegura a realização ágil, sem interferências, dos respectivos atos de julgamento;
- Perspectiva Aprendizado e Crescimento: considerando que a unidade demandante desta contratação é responsável pelo apoio aos eventos institucionais atualmente está lotada na estrutura da Secretaria Geral de Tecnologia da Informação e Comunicações, a pretendida contratação ajudará a “*Aprimorar a Governança de Tecnologia da informação e comunicação - TIC e a proteção de dados*”, considerando os requisitos de sigilo aplicáveis aos processos com tramitação em segredo de justiça e visando à “*melhoria dos processos de trabalho e da qualidade dos serviços prestados à sociedade*”.

Salientamos que a Resolução 159/2012 do CNJ determina em seu artigo 6º que os Tribunais, por meio de suas Escolas Judiciais ou de Magistratura, promovam a formação profissional de magistrados em seus âmbitos de atuação. A Resolução Administrativa 68/2021 editou o Plano Estratégico Institucional 2021-2026 e estabeleceu os valores do Tribunal, que representam um conjunto de princípios e crenças fundamentais em uma instituição, e sustentam as decisões da organização, permeando as atividades e as relações com os jurisdicionados. Elegeu, por exemplo, a transparência, a inovação e a acessibilidade como valores institucionais.

A contratação dos postos de Projetista de Sistemas de Áudio, com chefia (CBO 3741-35), e de Técnico em Sonorização (CBO 3741-25), assim, é fundamental para que se promova a transparência, uma vez que as audiências e sessões de dissídios são gravadas e permitem em alguns casos a transmissão simultânea das sessões, bem como dá acessibilidade para que os interessados nas sessões possam acompanhá-las, assim como busca a inovação das audiências por meio de recursos tecnológicos. Além disso, a necessidade de capacitação contínua muitas vezes só é obtida por meio da sonorização das aulas, uma vez que a distância poderia impedir a capacitação daqueles que estão distantes da Escola Judicial.

Conforme se observa no Parecer ASSEJUR/COLEG 261/2017 a Assessoria Jurídica entendeu os postos de operador de áudio e vídeo encontram-se inseridos no conceito de “atividade-meio” – num contexto de atividades acessórias, instrumentais ou complementares, não se observando no quadro efetivo cargo com atribuições iguais ou semelhantes (Ato CSJT nº 193/2008), conformando-se assim, aos ditames do Decreto-lei nº 200/1967, Decreto nº 2.271/1997 e Resolução CSJT nº 47/2008, passíveis, portanto, de execução indireta.

Assim, uma vez que não há no quadro de pessoal do Tribunal cargos especializados com as atribuições indicadas, entende-se necessária a contratação de serviço terceirizado de Técnicos em Sonorização e de Projetista de Sistemas de Áudio, com chefia.

A contratação pretendida, por outro lado, assegurará a correta utilização dos recursos de áudio e proporcionará a ampliação do conhecimento técnico das rotinas de trabalho relacionadas, com integração de equipes, promovendo maior produtividade e qualidade do trabalho final, valorizando o ambiente institucional do Tribunal.

O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual de 2025, conforme consta das informações básicas no Termo de Referência e nestes Estudos Técnicos Preliminares.

Fundamentação: Lei 14.133/2021, art. 18, § 1º, I: “I - *descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público*,” c/c Res. CSJT 364/2023, art. 33, I: “I – *a descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido*,” Trata-se de elemento obrigatório do ETP, conforme o art. 18, § 2º, da Lei 14.133/2021, c/c art. 33, § 1º da Res. CSJT 364/2023.

2. Descrição dos requisitos da contratação



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO**

- Os requisitos necessários ao atendimento da necessidade estarão previstos no Termo de Referência.

A Contratada deverá prestar serviços terceirizados de projetista de sistemas de áudio, com chefia, e de técnico em sonorização.

A Contratada deverá seguir os normativos vigentes que disciplinam os serviços a serem contratados, de acordo com a sua natureza, observando as Normas da ABNT, INMETRO (Instituto Nacional de Metrologia), Corpo de Bombeiros, prescrições e recomendações dos fabricantes e outras normas que regulamentam procedimentos a serem executados no escopo do contrato.

A Contratada deverá conduzir suas ações em conformidade com os requisitos legais e regulamentos aplicáveis, observando também a legislação ambiental para a prevenção de adversidades ao meio ambiente e à saúde dos trabalhadores envolvidos na prestação dos serviços.

A Contratada deverá atender, no que couber, os critérios de sustentabilidade ambiental previstos na Resolução nº 310/2021 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, em particular:

I - não possuir inscrição no cadastro de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas às de escravo, instituído pela Portaria Interministerial MTPS/MMIRDH n. 04/2016;

II - não ter sido condenada (a contratada ou seus dirigentes) por infração às leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, em afronta ao previsto:

a) Nos artigos 1º, 3º (inciso IV), 7º (inciso XXXIII) e 170 da Constituição Federal de 1988;

b) Nos artigos 149, 203 e 207 do Código Penal Brasileiro;

c) No Decreto nº 5.017/2004 (promulga o Protocolo de Palermo);

d) Nas Convenções da OIT nº 29 e nº 105;

e) No Capítulo IV do Título III (Da Proteção do Trabalho do Menor) do Decreto-Lei nº 5.452/1943 (CLT);

f) Nos arts. 60 a 69 da Lei nº 8.069/1990 (ECA), que trata do Direito à Profissionalização e à Proteção no Trabalho;

g) No Decreto nº 6.481/2008, o qual trata da proibição das piores formas de trabalho infantil e ação imediata para sua eliminação.

A Contratada deverá cumprir as cotas raciais e de gênero, mantendo o equilíbrio entre homens e mulheres, preservando o mínimo de 50% de pessoas do sexo feminino, conforme dispõe a Resolução nº 310/2021, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho.

A Contratada deverá providenciar para que os profissionais indicados portem crachá de identificação e apresentem-se trajando uniformes fornecidos às expensas da empresa.

Disponibilização de profissionais treinados e capacitados para o desenvolvimento das atividades, de forma a garantir a efetividade do trabalho e a integridade das pessoas, do ambiente e dos equipamentos.

Observância das normas de segurança, pois a prestação de serviço eficiente engloba também a proteção de seus colaboradores, por isso toda a equipe, conforme o caso, sempre que exigível, precisa utilizar equipamentos de proteção individual exigidos pela legislação durante as suas atividades.

Utilização consciente dos recursos colocados à disposição pela Administração, pois os mesmos variam de acordo com o serviço a ser executado.

Disponibilização de profissionais pertencentes às categorias de ocupação, conforme a Classificação Brasileira de Ocupações – CBO, e serviços em conformidade com o Catálogo de Serviços - CATSER.

Realização, dentre outros compatíveis com as atividades desempenhadas pelos profissionais, de programa de treinamento de que trata a Resolução nº 98/2012 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho. O treinamento deverá englobar a prevenção e enfrentamento do assédio moral, sexual e outras formas de discriminação (Política 62/2022 do TRT9).

A vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados da sua assinatura, podendo ser



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

prorrogada por interesse das partes até o limite de 120 (cento e vinte) meses, com base nos artigos 106 e 107 da Lei 14.133, de 2021.

Não haverá necessidade de transferência de conhecimento.

A contratação deverá prever, no que couber, práticas de sustentabilidade nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010.

Fundamentação: Lei 14.133/2021, art. 18, § 1º, III: “*III - requisitos da contratação;*” c/c Res. CSJT 364/2023, art. 33, III: “*III - requisitos da contratação, contendo, inclusive, critérios de sustentabilidade e acessibilidade, quando aplicáveis;*”. Trata-se de elemento não obrigatório do ETP. Porém, caso não seja contemplado no ETP, deve-se apresentar a devida justificativa, conforme o art. 18, § 2º, da Lei 14.133/2021 c/c art. 33 § 1º da Res. CSJT 364/2023.

3. Levantamento de mercado, consistente na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar

A descentralização das atividades da Administração Pública Federal iniciou-se em 1967 por meio do Decreto-Lei 200. A seu turno, a Lei 5.645/1970 indicou algumas atividades que deveriam ser objeto de execução indireta (parágrafo único do artigo 3º posteriormente revogado pela lei 9.527/1997) e a contratação de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra foi regulamentada, de início, pelo Decreto 2.271/1997 e atualmente é disciplinada pelo Decreto nº 9.507/2018 combinado com a Portaria nº 443/2018 do extinto Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. O artigo 3º, parágrafo 1º desse último Decreto dispõe que no âmbito da Administração Pública Federal as atividades materiais auxiliares, instrumentais ou acessórias aos assuntos que constituem área de competência legal do órgão poderão ser objeto de execução indireta.

Para a análise comparativa do valor estimado da contratação a partir da elaboração da planilha de custos, foram utilizados os parâmetros dos incisos II, III e IV do Art. 5º da IN SEGES/ME nº 65/2021. Foram priorizadas a consulta aos sistemas oficiais de governo e às contratações similares feitas pela Administração Pública, em conformidade com o artigo 5º, §1º, da IN SEGES/ME nº 65/2021.

O preço estimado para a contratação considerou o mínimo de três cotações, nos termos do artigo 6º, §5º da IN SEGES/ME nº 65/2021, reunindo informações dos seguintes órgãos/empresas: UNESPAR, Sistemare Serviços Especializados Ltda., Lices Serviços Ltda., Avantt Seleção e Treinamento de Mão de Obra Ltda., e Saara Obras e Serviços Ltda.

Por outro lado, em relação às soluções disponíveis para a operacionalização de serviços de sonorização, uma contratação por demanda não seria viável, uma vez que os chamados para o conserto, instalação e manutenção preventiva dos equipamentos ocorrem em diversos momentos do dia e necessitam de ajustes constantemente. Além disso, uma eventual quebra de equipamento, se não for solucionada, pode impedir tanto a gravação das sessões de dissídios coletivos, como também a sonorização dos eventos. Tem-se também a necessidade de que se efetue a troca dos equipamentos antes que se danifiquem.

Dessa forma, chega-se a uma única solução possível: a nova contratação de serviços terceirizados de projetista de sistemas de áudio, com chefia, e de técnico em sonorização, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas nos documentos que instruem a presente contratação.

Fundamentação: Lei 14.133/2021, art. 18, § 1º, V: “*V - levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar;*” c/c Res. CSJT 364/2023, art. 33, V: “*V - levantamento de mercado com análise das alternativas de soluções e justificativa técnica e econômica da escolha e do tipo de solução a contratar.*”. Trata-se de elemento não obrigatório do ETP. Porém, caso não seja contemplado no ETP, deve-se apresentar a devida justificativa, conforme o art. 18, § 2º, da Lei 14.133/2021 c/c art. 33 da Res. CSJT 364/2023.

4. Descrição da solução como um todo

Com a publicação da Emenda Constitucional 95/2016, a nomeação de servidores tornou-se mais difícil, uma vez que nos termos do artigo 109, IV e V do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, está vedada a admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvadas as reposições de cargos de chefia que não acarretem aumento de despesa e aquelas decorrentes de vacâncias de cargos efetivos ou vitalícios, bem como a realização de concurso público, exceto para as reposições de



vacâncias.

Além disso, o Decreto 9.507/2018 e a Portaria nº 443/2018 do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão permitem a terceirização dos serviços projetista de sistemas de áudio e de técnico em sonorização. Trata-se de solução que visa impedir o crescimento e descentralização da máquina pública, tornando-a mais flexível, dinâmica e economizando recursos orçamentários do Erário.

Considere-se, ainda, que serviços a serem contratados estão inseridos na gestão dos recursos humanos colocados à disposição do Tribunal, na medida em que os trabalhadores terceirizados são a força de trabalho auxiliar do Poder Judiciário e também estão enquadrados nos recursos orçamentários, uma vez que tal dispêndio deixa de impactar no orçamento de despesa com pessoal, conforme a atual política de reforma fiscal e orçamentária adotada no País, nos termos da Emenda Constitucional 95/2016.

Em suma, entende-se viável a prestação de serviços terceirizados de projetista de sistemas de áudio, com chefia, e de técnico em sonorização para o Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas nos documentos que instruem a presente contratação, e justifica-se a contratação de empresa especializada na prestação de tais serviços.

Exigências de qualificação técnica e financeira

O Acórdão TCU 1214/2023 apreciou representação baseada em um trabalho conduzido por grupo de estudos composto por representantes de diversos órgãos da Administração Pública, propondo melhorias importantes nos procedimentos referentes à licitação, à gestão e à execução dos contratos de serviços de natureza contínua. O Acórdão TCU 1214/2023 forneceu parâmetros para a análise das exigências de qualificação técnica e econômica em licitações para serviços terceirizados com dedicação exclusiva de mão de obra, visando garantir transparência por meio de exigências claras e objetivas para qualificação técnica e econômica, equidade a fim de evitar exigências abusivas que dificultem a participação de empresas qualificadas, além de proteção à garantia dos direitos trabalhistas.

Nesse sentido, a exigência de **qualificação técnica** traduz-se na experiência em serviços semelhantes, capacidade de gestão de pessoal e estrutura física compatíveis com o objeto da contratação. As exigências de comprovação de qualificação técnica devem ser claras e objetivas. Quanto à **qualificação econômica**, a empresa deve ter boas condições financeiras de cumprir as obrigações do contrato, como pagar salários, encargos trabalhistas e custos operacionais. As exigências de qualificação econômica devem ser adequadas ao valor do contrato.

Cumpra assinalar, ainda, que a **Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017**, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão busca a melhoria da eficiência, transparência e competitividade nos processos de contratação de serviços terceirizados pela administração pública, estabelecendo critérios de habilitação técnica (itens 10.3 e 10.6 do Anexo VII-A) e condições de habilitação econômico-financeira (item 11.1 do Anexo VII-A).

Em uma licitação para contratação de serviços terceirizados com dedicação exclusiva de mão de obra na modalidade pregão, portanto, é fundamental que o edital estabeleça claramente os critérios de seleção e julgamento das propostas, bem como os requisitos de habilitação fiscal, social e trabalhista, qualificação econômico-financeira, técnica, técnico-operacional e técnico-profissional. Isso garante a transparência e a competitividade no processo, assegura a conformidade legal das empresas participantes, além de minimizar riscos para a administração pública, evitando a contratação de empresas inadequadas ou em situação irregular.

Esses requisitos também garantem que a empresa vencedora tenha efetivamente a capacidade técnica e financeira para a execução das obrigações contratuais com eficiência e qualidade. Ao detalhar esses critérios no edital, a administração pública promove a seleção de empresas idôneas e qualificadas, o que contribui para a execução eficiente do contrato e reduz a probabilidade de problemas futuros, como interrupções nos serviços ou litígios.

Fundamentação: Lei n. 14.133/2021, art. 18, § 1º, VII: "VII - descrição da solução como um todo, inclusive das exigências



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso,” c/c Res. CSJT 364/2023, art. 33, VII. Trata-se de elemento não obrigatório do ETP. Porém, caso não seja contemplado no ETP, deve-se apresentar a devida justificativa, conforme o art. 18, § 2º, da Lei 14.133/2021 c/c art. 33 § 1º da Res. CSJT 364/2023.

5. Estimativa das quantidades a serem contratadas

O quantitativo estimado de postos consta nas tabelas a seguir:

LOTE ÚNICO						
Item	Localidade	Posto de trabalho	Carga horária diária	Carga horária semanal	CBO (Classificação Brasileira de Ocupações)	Quantidade
1	Curitiba 528	Projetista de Sistemas de Áudio, com chefia	06 horas	30 horas	3741-35	1
2	Curitiba 528	Técnico em Sonorização	06 horas	30 horas	3741-25	3

A Resolução CSJT nº 386, de 30 de agosto de 2024, em vigor, estabelece a reserva de vagas de no mínimo 5% (cinco por cento) das vagas para pessoas com deficiência, conforme o art. 7º, IV, a seguir transcrito:

*“Art. 7º Serão promovidas ações afirmativas e outras medidas que visem estimular a inclusão de pessoas com deficiência, de forma a garantir sua representatividade no âmbito da Justiça do Trabalho, reconhecendo e removendo as barreiras enfrentadas por esses profissionais para o acesso ao trabalho digno, reafirmando o papel social deste ramo do Poder Judiciário, entre elas: (...) IV - **garantia da reserva de, no mínimo, 5% (cinco por cento) das vagas para pessoas com deficiência nos contratos que envolvam prestação de serviços contínuos, com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, no âmbito da Justiça do Trabalho, quantitativo que deverá ser mantido durante toda a vigência da contratação;**”*

Contudo, a aplicação da regra na contratação em apreço, com 4 (quatro) postos de trabalho e arredondamento do percentual de 5% para 1 (um) posto, equivaleria a atingir o percentual de 25% dos postos, superando assim o percentual de 5% indicado na regra acima.

Considerando que não há regra que permita o percentual de 25% dos postos da contratação, esta não irá prever a reserva de vagas indicada no art. 7º, IV, da Resolução CSJT nº. 386/2024. Em sentido semelhante, citamos os seguintes acórdãos do STJ:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. CONCURSO PÚBLICO. CANDIDATO. PESSOA COM DEFICIÊNCIA. PRETERIÇÃO. DIREITO À NOMEAÇÃO. EXISTÊNCIA. (...)

3. O Supremo Tribunal Federal reconhece que a exigência constitucional da reserva de vagas para portadores de deficiência se impõe ainda que a aplicação do percentual de vagas reservadas aos deficientes resulte em fração inferior, caso em que deve haver o arredondamento, a fim de garantir a eficácia do art. 37, VIII, da CF, bem como assegurar a isonomia de tratamento aos deficientes, desde que respeitado o limite máximo de 20% das vagas oferecidas no certame, limite máximo estabelecido pela lei federal, havendo, na mesma linha, orientação do STJ. (...)

(AgInt nos EDcl no RMS n. 56.343/MS, relator Ministro Gurgel de Faria, Primeira Turma, julgado em 24/10/2022, DJe de 24/11/2022, destacamos)

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO. CONCURSO PÚBLICO. UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL - UERGS. CARGO DE TÉCNICO DE LABORATÓRIO. PREVISÃO DE RESERVA DE 10% DAS VAGAS. O TRIBUNAL DE ORIGEM VERIFICOU A PRETERIÇÃO DE CANDIDATO CLASSIFICADO EM 1º LUGAR POR OUTRO PORTADOR DE



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

NECESSIDADES ESPECIAIS - PNE. VIOLAÇÃO DE DIREITO LÍQUIDO E CERTO. AGRAVO INTERNO A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. A parte alega que foi classificada em 1º lugar, na região, para as vagas destinadas a pessoas com deficiência e que não houve a alegada preterição, pois sua nomeação obedeceu as regras do edital.

2. O Tribunal a quo não divergiu da jurisprudência desta Corte ao entender que, **"oferecidas 5 (cinco) vagas de ampla concorrência durante o prazo de validade do concurso, como é o caso dos autos, o arredondamento da fração para o primeiro número subsequente, a fim de atender a pretensão do segundo colocado como portador de necessidades especiais à nomeação, desrespeita o limite legal e constitucional máximo de 20% das vagas oferecidas no certame"** (AgRg no REsp 1.137.619/RJ, relatora Ministra REGINA HELENA COSTA, DJe de 19.11.2013). (...)

(AgInt no AREsp n. 2.111.987/RS, relator Ministro Manoel Erhardt (Desembargador Convocado do Trf5), Primeira Turma, julgado em 3/10/2022, DJe de 5/10/2022, destacamos)

Fundamentação: Lei n. 14.133/2021, art. 18, § 1º, IV: "IV - estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala;" c/c Res. CSJT 364/2023, art. 33, IV. Trata-se de elemento obrigatório do ETP, conforme art. 18, § 2º, da Lei 14.133/2021 c/c art. 33 § 1º da Res. CSJT 364/2023.

6. Estimativa do valor da contratação

Utilizou-se a Planilha de Custos e Formação de Preços decorre de previsão na Convenção Coletiva de Trabalho 2024/2025 do Sindicato dos Radialistas Profissionais e dos Trabalhadores em Empresas de Radiodifusão e Televisão do Estado do Paraná, firmada com o Sindicato das Empresas de rádio e Televisão do Estado do Paraná, com registro no MT sob o número PR001069/2024, em 22-05-2024.

Além disso, conforme a Nota Técnica – Pesquisa de Preços, para os postos de Projetista de Sistemas de Áudio e de Técnico em Sonorização, foi adotado para o salário-base o valor de mercado, conforme passamos a transcrever:

"Salário: os valores mínimos de salário foram estabelecidos pela administração. Através do PROAD 2905/2024 – Doc 17 – a CGT recomendou, conforme Tabela 4 do MEM CGT 042-2024 os montantes de R\$3.293,00 como salário para o posto de Projetista de Sistemas de Áudio, e R\$2.292,00 como salário para o posto de Técnico em Sonorização. A Presidência concordou com os valores sugeridos pela CGT através do Despacho PROAD 2905/2024 – Doc. 20. Através do mesmo Despacho, também consentiu que o posto do Projetista de Sistemas de Áudio fosse um posto com adicional de Chefia, como solicitado pela área demandante."

A previsão do Acúmulo de Função considera o desdobramento de funções, na forma da Cláusula 15ª da Convenção Coletiva de Trabalho acima mencionada (postos de Técnico em Sonorização e de Projetista de Sistemas de Áudio), combinada com os arts. 4º e 16 do Decreto 84.134/1979, conforme será exposto adiante, neste mesmo tópico. O percebimento da Responsabilidade de Chefia, por sua vez, é previsto na Cláusula 10ª da mesma norma coletiva de trabalho (posto de Projetista de Sistemas de Áudio).

Haja vista a sua essencialidade para a dignidade do trabalho, bem como considerando o primado da valorização do trabalho humano (art. 170 da Constituição), e considerando ainda o disposto no art. 5º do Decreto nº. 12.174/2024, ressaltamos que somente serão aceitas propostas que adotarem em suas planilhas de custos e formação de preços o valor igual ou superior ao valor orçado pela Administração, constantes na Planilha de Custos e Formação de Preços anexa ao Edital do Pregão, para a remuneração dos postos da contratação assim discriminada:

(a) Projetista de Sistemas de Áudio: R\$ 5.927,40 (somatório de Salário-Base, Acúmulo de Função e Responsabilidade de Chefia);

(b) Técnico em Sonorização: R\$ 3.208,80 (somatório de Salário-Base e Acúmulo de Função).

Com respeito à fixação de remuneração mínima, diversos precedentes jurisprudenciais do TCU admitem essa prática (como os Acórdãos 1357/2006 – Plenário, 332/2010 – Plenário, 1584/2012 – Plenário e



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

189/2011 – Plenário), em prol da necessidade de preservar a dignidade do trabalhador e criar condições propícias à eficiente realização do serviço (voto do relator do Acórdão 256/2005 – Plenário).

Em conformidade com o Acórdão 1589/2024 do TCU – Plenário, admite-se, nas contratações por postos de serviço regidas pela Lei 14.133/2021, a fixação de *salários* em valores superiores aos pisos estabelecidos em convenções coletivas de trabalho, observados os seguintes requisitos:

- i) justificativa técnica de que os serviços demandam, por suas características e particularidades, a execução por profissional com nível de qualificação acima da média; e
- ii) realização de pesquisa de preços demonstrando a compatibilidade com os valores de mercado para contratações similares, ou seja, comprovação de que no mercado existe tal distinção salarial em função da qualificação do trabalhador.

Com efeito, com relação ao primeiro requisito acima, a contratação exige profissionais com nível de qualificação acima da média, conforme bem exposto no Memorando SGTIC 033/2024 (documento de marcador 001 do processo PROAD 2905/2024), no sentido de que a prestação de serviços de sonorização, operacionalização de áudio e gravação em áudio têm viabilizado (atualmente realizada no âmbito dos Contratos 32/2023 e 4/2021) exigem o suporte especializado imprescindível à realização de vários eventos institucionais, principalmente em locais relacionados a seguir:

Prédio	Local
RB528	Hall de Entrada
	Hall da Ouvidoria
	Foyer dos Plenários
	Centro de Memória
	Plenário I (Leonardo Abagge)
	Plenário II (Fernando Ribas Amazonas de Almeida)
	Plenário III (Alcides Nunes Guimarães)
	Plenário IV (Pedro Ribeiro Tavares)
	Gabinete da Presidência

Prédio	Local
VM147	Auditório da Escola Judicial
	Laboratório
	Sala de Capacitação I
	Sala de Capacitação II

Prédio	Local
--------	-------



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

VM400	Auditório do Fórum Trabalhista
	Hall do Fórum Trabalhista

Os eventos realizados nos locais listados acima consistem de sessões de julgamento, audiências de dissídio coletivo de greve, cursos, treinamentos, palestras, abertura e encerramento de atividades, outorgas de medalhas, aposição de retratos, solenidades de posse de magistrados e servidores, lançamentos de livros, painéis, congressos, seminários, colóquios e outros.

Desta forma, os serviços prestados atendem principalmente aos Desembargadores e Juízes do próprio TRT-PR, sendo bastante comum que Ministros e demais autoridades de instituições externas participem presencialmente ou remotamente dos eventos promovidos pelo Tribunal.

As secretarias de órgãos julgadores têm se manifestado no sentido de ser imprescindível o acompanhamento integral dos serviços de áudio, durante a realização das sessões de julgamento. Já as unidades que demandam e organizam os demais eventos normalmente solicitam que seja disponibilizada música ambiente durante a chegada e o cadastramento dos participantes, bem como após o término dos eventos, principalmente quando é servido um coquetel, de modo que essas atividades também podem se iniciar às 8h e terminar às 20h.

Assim, como exemplo de um dia típico de trabalho, apenas no prédio RB528, as atividades dos serviços de áudio iniciam às 8h da manhã com os preparativos para o início dos eventos ou das sessões de julgamento, podendo terminar às 20h da noite nos dias de realização de eventos nos Plenários ou no Foyer dos Plenários, com possibilidade de este horário de término vir a ser estendido, conforme a programação de cada evento.

Ainda conforme se extrai do Memorando SGTIC 033/2024 (documento de marcador 001 do processo PROAD 2905/2024), verifica-se a necessidade de contratação de profissionais experientes e com responsabilidade condizente com a criticidade dos serviços prestados. Os profissionais que atualmente ocupam os postos contratados têm sido constantemente elogiados, principalmente pela Coordenação de Cerimonial da Presidência mas, também, pelas equipes das secretarias de órgãos julgadores e demais usuários das unidades demandantes dos eventos.

Considerando a transmissão de eventos para os canais do TRT-PR no YouTube, o que expande significativamente o alcance a outros interessados, qualquer falha na operação dos serviços de áudio causa desconfortos imediatos e, assim, prejuízo à imagem do Tribunal.

Assim, faz-se necessária a contratação de profissionais que possuam conhecimentos teóricos e práticos acima da média, que, além de dominar a operação dos equipamentos e sistemas em uso, apresentem postura adequada considerando-se os usuários atendidos, principalmente Desembargadores.

Portanto, tendo por objetivo garantir a prestação de serviços com a qualidade desejada e reduzir o risco de rotatividade de profissionais (o que certamente impactaria as atividades das unidades atendidas), justifica-se que os serviços demandam, por suas características e particularidades, a execução por profissional com nível de qualificação acima da média.

Além disso, ainda em conformidade com o Acórdão 1589/2024 do TCU – Plenário, a pesquisa de preços demonstrando a compatibilidade com os valores de mercado para contratações similares foi realizada conforme o Memorando CGT 042/2024, documento de marcador 17 do processo PROAD 2905/2024, referendada pelo despacho de marcador 20 do mesmo processo.

O estabelecimento dos limites mínimos segue ainda decisão proferida no Acórdão 1207/2024 – Plenário, do Tribunal de Contas da União, do qual se extrai o seguinte trecho:

“28. Desse modo, acolhendo a essência da sugestão da unidade, proponho que o Tribunal estabeleça que, nas contratações de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

obra, é lícito prever que somente serão aceitas propostas que adotarem na planilha de custos e formação de preços (PCFP) o valor igual ou superior ao valor orçado pela Administração para a soma dos itens de salário e auxílio-alimentação, admitidos também, a critério da Administração, outros benefícios de natureza social considerados essenciais à dignidade do trabalho, devidamente justificados, os quais devem ser estimados com base na convenção coletiva de trabalho paradigma, que é aquela que melhor se adequa à categoria profissional que executará os serviços terceirizados, considerando a base territorial onde os serviços serão prestados.”

Nesse sentido, ainda segundo o Acórdão 1207/2024 – Plenário, do Tribunal de Contas da União:

“29. Registre-se que a solução que ora se submete à consideração do Colegiado:

a) estabelece apenas um limite inferior à remuneração do empregado terceirizado no serviço público, limitando-se às parcelas de salário e auxílio-alimentação, admitidos outros benefícios de natureza social considerados essenciais, com as justificativas pertinentes, a critério da Administração, todos com base na CCT mais adequada à categoria profissional afeita ao serviço;

b) não impõe a adoção de convenção coletiva de trabalho específica para os licitantes, que continuam vinculados ao respectivo instrumento (CCT) imposto pela legislação trabalhista, sem qualquer interferência do TCU nos critérios de enquadramento sindical previstos na CLT e tampouco viola o princípio da unicidade sindical estabelecido na Constituição Federal;

c) não implica restrição à competitividade da licitação, pois não veda a participação de qualquer licitante idôneo a prestar os serviços objeto do certame, ainda que localizado em outra base territorial onde o serviço será executado, havendo regular competição em relação aos demais itens de custo e margem de lucro;

d) não se confunde com a fixação do valor do salário e do auxílio-alimentação, tendo em vista que cada licitante será livre para elaborar sua planilha de custos e formação de preços, observando o limite inferior ora proposto e os demais benefícios e condições estabelecidos na convenção coletiva de trabalho à qual cada licitante está vinculado;

e) permite o cumprimento integral do disposto no art. 135 da Lei 14.133/2021, em especial quanto à vedação de se vincular às disposições previstas em CCT que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, bem como tratem de matéria não trabalhista (a exemplo de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros/resultados do contratado), ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade;

f) ao estabelecer limite inferior para os componentes da remuneração, além de atender aos objetivos do processo licitatório (art. 11, III, da Lei 14.133/2021), evitando risco de condenação subsidiária em demanda trabalhista em razão de eventual adoção de CCT inadequada, a medida assegura o alinhamento das contratações com a Constituição Federal, a qual assenta a valorização do trabalho humano como fundamento da ordem econômica (art. 170).”

Por outro lado, a Resolução 169/2013 do Conselho Nacional de Justiça dispõe acerca da necessidade de provisionamento das verbas a título de 13º salário, férias, terço constitucional de férias, e multa do FGTS, as quais também foram considerados na planilha de custos.

Módulo 4.1 Encargos Previdenciários:

INSS: 20%, nos termos da Lei 8.212/91, artigo 22, I

Salário Educação: 2,5% nos termos do Decreto 87.403/82, artigo 3º, I

Seguro de Acidente de Trabalho: 6%, conforme a Lei 8.212/91, art. 22, II “b” e “c” (fator máximo do FAP de 2 indicado pela previdência social, multiplicado pelo percentual de 3% de RAT)

SESC/SESI: 1,50% - Lei 8.036/90 artigo 30

SENAI/SENAC: 1,00% - Decreto-lei 2.318/86

SEBRAE: 0,60% - Lei 8.029/90

INCRA: 0,20% - Decreto/Lei 1.146/70 art. 1º, I

FGTS: 8% - Lei 8.036/90, art. 15, e art. 7º, III da CF.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

Insumos:

Para a obtenção dos valores de insumos uniformes e equipamentos de proteção individual (EPIs), efetuou-se pesquisa de mercado no Banco de Preços, nos termos da Instrução Normativa 65/2021, e em sítios eletrônicos. Utilizou-se como critério para a obtenção do valor a média dos itens pesquisados sendo desconsiderados valores subavaliados ou superavaliados.

- o valor previamente estimado da contratação está compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto (art. 23 da Lei nº. 23 da Lei nº. 14.133/2021).
- foram priorizados na pesquisa de preços os sistemas oficiais de governo, como Paineis de Preços ou banco de preços em saúde, e contratações similares feitas pela Administração Pública, ou justificada a impossibilidade de utilização dessas fontes (art. 5º, *caput* e §1º, da IN Seges nº 65/2021);

Postos:

- nos casos de utilização de pesquisa direta com fornecedores, observou-se a regra de os orçamentos obtidos serem datados no máximo com 6 (seis) meses de antecedência da data prevista para divulgação do edital ou certificado que haverá a devida atualização caso ultrapassado esse prazo (art. 5º, IV, da IN Seges 65/2021);
- nos casos de realização de pesquisa direta com fornecedores, o prazo de resposta concedido foi compatível com a complexidade do objeto da licitação (art. 5º e § 2º, I, da IN Seges 65/2021);
- na pesquisa direta com fornecedores, os orçamentos contêm: a) descrição do objeto, valor unitário e total; b) número do Cadastro de Pessoa Física - CPF ou do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ do proponente; c) endereços físico e eletrônico e telefone de contato; d) data de emissão; e e) nome completo e identificação do responsável (art. 5º e § 2º, II, da IN Seges 65/2021);
- na pesquisa direta com fornecedores, a consulta conteve informação das características da contratação previstas no art. 4º da IN Seges 65/2021, com vistas à melhor caracterização das condições comerciais praticadas para o objeto a ser contratado (art. 5º e § 2º, III, da IN Seges 65/2021).

Benefícios previstos em CCT de natureza trabalhista (art. 135, § 1º, da Lei nº. 14.133/2021)

A Planilha de Custos e Formação e Preços anexa ao Edital do Pregão inclui os seguintes benefícios sociais previstos Convenção Coletiva de Trabalho 2024/2025 do Sindicato dos Radialistas Profissionais e dos Trabalhadores em Empresas de Radiodifusão e Televisão do Estado do Paraná, firmada com o Sindicato das Empresas de rádio e Televisão do Estado do Paraná, com registro no MT sob o número PR001069/2024, em 22-05-2024:

- Seguro de vida, constante na Cláusula 20ª;
- Acúmulo de função, constante na Cláusula 15ª;
- Responsabilidade de Chefia (posto de Projetista de Sistemas de Áudio), constante na Cláusula 10ª.

Os benefícios acima mencionados possuem natureza trabalhista em razão de que o pagamento e a respectiva comprovação são realizados de forma individual, por empregado, e decorre da relação de emprego. A previsão em planilha de custos e formação de preços atende, portanto, ao disposto no art. 135, § 1º, da Lei nº. 14.133/2021.

Acúmulo de Funções



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

Os serviços de sonorização ocorrem no contexto do suporte às sessões de julgamento e aos eventos institucionais, sendo imprescindível que todas as necessidades que possam surgir venham a ser imediatamente atendidas.

Assim, considerando a previsão existente na Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) da categoria, os profissionais ocupantes dos postos de trabalho do cargo de **Técnico em Sonorização** e o profissional ocupante do posto de trabalho do cargo de **Projetista de Sistemas de Áudio** devem receber o adicional por acúmulo de função,

Conforme estabelecido no art. 16 inciso I do Decreto nº. 84.134, de 30 de outubro de 1979, que Regulamenta a Lei nº 6.615, de 16 de dezembro de 1978, *“na hipótese de acumulação de funções dentro de um mesmo Setor em que se desdobram as atividades mencionadas no artigo 4º, será assegurado ao Radialista um adicional mínimo de” (...)* *“40% (quarenta por cento), pela função acumulada, tomando-se por base a função melhor remunerada, nas emissoras de potência igual ou superior a 10 (dez) quilowatts bem como nas empresas discriminadas no parágrafo único do artigo 3º”(grifamos).*

O **parágrafo único** do art. 3º do Decreto estabelece que, para os efeitos do mesmo Regulamento, considera-se, igualmente, empresa de radiodifusão (grifamos):

a) a que explore serviço de música funcional ou ambiental e outras que executem, por quaisquer processos, transmissão de rádio ou de televisão;

[...]

d) a entidade privada e a fundação mantenedora que executem serviços de radiodifusão, inclusive em circuito fechado de qualquer natureza;

Assim, os serviços de sonorização da presente contratação se enquadram nas hipóteses das alíneas “a” e “d” do **parágrafo único** do art. 3º do Decreto, tendo em vista que tanto é explorado o serviço de música ambiental em eventos institucionais, em circuito fechado de áudio ou vídeo (ou seja, sem divulgação externa), como também é executado o serviço de transmissão de vídeo (televisão - visão à distância) via internet, ao vivo, durante a realização de Audiências de Dissídio Coletivo de Greve, Sessões de Julgamento e demais Eventos Institucionais, nos canais do Tribunal no YouTube, enquadrando-se, assim, entre outros processos de transmissão que não sejam exatamente via radiodifusão, de modo que o percentual do acúmulo de funções corresponde a 40% (quarenta por cento).

Além disso, quanto ao direito ao recebimento do acúmulo de funções pelos trabalhadores ocupantes dos postos de Técnico em Sonorização, isto decorre do fato de que esses profissionais realizam, no contexto da unidade demandante, atividades que se enquadram como sendo técnicas, dentre as listadas no § 3º do art. 4º do Decreto. Com efeito, as atribuições do posto de Técnico em Sonorização, a serem descritas no Termo de Referência, têm a seguinte correspondência com as diversas funções descritas no art. 4º, § 3º, do Decreto nº. 84.134/1979:

7.7 Constituem atribuições do serviço de Técnico em Sonorização:

- 7.7.1 Operar mesas de áudio analógicas e digitais, amplificadores e outros equipamentos de áudio, durante a gravação das sessões de julgamento realizadas em plenários e de outros eventos realizados em plenários, auditórios ou qualquer outro ambiente, interno e externo ao Tribunal, desde que solicitado pelas unidades demandantes (Decreto 84.134/1979, art. 4º, § 3º, “e”);*
- 7.7.2 Confeccionar cabos de áudio utilizando conectores XLR, TS/TRS (P1, P2, P10), RCA, estéreo, mono e balanceado, com ou sem phantom power, entre outros cabos de áudio, zelando pela qualidade das conexões e soldas realizadas (Decreto 84.134/1979, art. 4º, § 3º, “h”);*
- 7.7.3 Providenciar a captação e a transmissão de voz e de música, através do uso de microfones (com e sem fio), cabos e demais equipamentos, monitorando sinais na entrada e na saída para garantir a qualidade do áudio, verificando e sincronizando*



- referências de tempo (delay), administrando o tráfego de sinal, tratando e corrigindo a execução de áudio em tempo real (**Decreto 84.134/1979, art. 4º, § 3º, “b” e “e”**);
- 7.7.4 Realizar transporte, montagem, desmontagem e armazenamento dos equipamentos em locais definidos pela Fiscalização do Contrato, bem como realizar atividades de inventário de equipamentos, quando necessário (**Decreto 84.134/1979, art. 4º, § 3º, “h”**);
- 7.7.5 Realizar instalação, configuração, aferição e operação de equipamentos e sistemas de áudio, em ambientes diversos, em ambiente interno ou externo ao TRT-PR (**Decreto 84.134/1979, art. 4º, § 3º, “h”**);
- 7.7.6 Gravar, editar, reproduzir e transmitir arquivos de áudio e de vídeo, utilizando softwares ou sistemas específicos, bem como plataformas de videoconferência (**Decreto 84.134/1979, art. 4º, § 3º, “b” e “e”**);
- 7.7.7 Avaliar material de áudio recebido e conferir qualidade técnica do conteúdo, conferindo a qualidade e a adequação de playlists de áudio e ou de vídeo, organizando o conteúdo para exibição, edição e/ou gravação (**Decreto 84.134/1979, art. 4º, § 3º, “b” e “d”**);
- 7.7.8 Editar (sonorizar) e reproduzir vídeos, vinhetas, adequando o formato do material para veiculação, solicitando aprovação das unidades demandantes e demais equipes de apoio, como, por exemplo, a Assessoria de Comunicação Social (**Decreto 84.134/1979, art. 4º, § 3º, “b” e “e”**);
- 7.7.9 Executar grade de programação (seguir roteiro de eventos) (**Decreto 84.134/1979, art. 4º, § 3º, “e”**);
- 7.7.10 Detectar problemas e acionar sistemas de contingência (redundância) (**Decreto 84.134/1979, art. 4º, § 3º, “h”**);
- 7.7.11 Realizar testes e manutenção básica, bem como o diagnóstico necessário ao acionamento de serviços de manutenção avançada (conserto especializado) de equipamentos e sistemas de áudio e de informática utilizados no desenvolvimento das atividades de sonorização (**Decreto 84.134/1979, art. 4º, § 3º, “h”**);
- 7.7.12 Realizar a especificação de soluções, incluindo equipamentos e softwares (**Decreto 84.134/1979, art. 4º, § 3º, “h”**);
- 7.7.13 Interagir e instruir equipes auxiliares (manutenção predial, infraestrutura, comunicação, cerimonial, iluminação, filmagem, central de serviços de TI, entre outras) (**Decreto 84.134/1979, art. 4º, § 3º, “a”**);
- 7.7.14 Gerenciar (receber, tratar e encerrar) chamados e demais solicitações de serviços, preenchendo a respectiva Ordem de Serviço (subitem 7.10) e ajustando a agenda e a rotina de trabalho (**Decreto 84.134/1979, art. 4º, § 3º, “a”**);
- 7.7.15 Elaborar relatórios de atividades e de ocorrências, citando as providências e os resultados de testes, configurações e ensaios, antes, durante e após a realização de eventos, citando os chamados e as solicitações eventualmente registradas para sanar as ocorrências (**Decreto 84.134/1979, art. 4º, § 3º, “a”**);
- 7.7.16 Executar outras atividades relativas à profissão em conformidade com o Código Brasileiro de Ocupações (CBO) (**Decreto 84.134/1979, art. 4º, § 3º**).

Quanto ao posto de Projetista de Sistemas de Áudio, conforme o subitem do Termo de Referência, as atribuições podem ser enquadradas como sendo técnicas e de direção (Decreto 84.134/1979, art. 4º, § 3, “a”). Dessa forma, além de suas atribuições específicas, deverá também realizar todas as atribuições do posto de Técnico em Sonorização. Nesse sentido, transcrevemos o subitem do Termo de Referência que lista as atribuições do posto (destacamos em negrito):

7.6 Constituem atribuições do posto de Projetista de Som, com chefia:

- 7.6.1 **Realizar todas as atividades do posto de Técnico em Sonorização, conforme relação do subitem 7.7;**
- 7.6.2 **Planejar** os eventos solicitados pelas unidades demandantes, em relação aos recursos de áudio necessários, bem como realizar a integração dos sistemas de áudio com os sistemas de vídeo que estiverem em uso nos ambientes do TRT-PR;
- 7.6.3 Ser **responsável pelo nível de qualidade das tarefas** executadas pelos profissionais que ocupam os postos de Técnico em Sonorização;



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

- 7.6.4 **Coordenar e controlar as atividades** desempenhadas pelos profissionais que ocupam os postos de Técnico em Sonorização;
- 7.6.5 *Controlar a presença dos profissionais que ocupam os postos de Técnicos em Sonorização, de forma a garantir que os postos de trabalho contratados estejam sempre disponíveis e aptos para realizar as atividades necessária ao bom desempenho dos serviços de sonorização;*
- 7.6.6 *Tomar as medidas necessárias para a prevenção e o atendimento aos empregados acidentados ou acometidos de quaisquer problemas de saúde;*
- 7.6.7 *Elaborar relatórios mensais sobre os serviços prestados;*
- 7.6.8 *Outras atividades correlatas à responsabilidade da Chefia;*
- 7.6.9 *Representar a Contratada junto à Fiscalização e ser responsável pelas comunicações entre ambos;*
- 7.6.10 *Executar outras atividades relativas à profissão em conformidade com o Código Brasileiro de Ocupações (CBO).*

A necessidade de realização de atividades do posto de Técnico em Sonorização pelo profissional que vier a ocupar o posto de Projetista de Sistemas de Áudio se justifica em função de sua atuação em turnos, sendo que é comum ocorrer necessidade de atendimento simultâneo a mais de um evento e em locais distintos, conforme exposto no **Documento 1** do Processo PROAD 2905/2024 (*MEM SGTIC 033-24 - Proposta de Nova Contratação de Serviços de Áudio*):

Turno	Postos de 6h	Código CBO	Cargo
8h - 14h	2	3741-25	Técnico em Sonorização
14h - 20h	1	3741-25	Técnico em Sonorização
	1	3741-35	Projetista de Sistemas de Áudio

Deslocamentos:

Quando houver necessidade de deslocamento para as cidades de abrangência da jurisdição do Tribunal, o transporte será efetuado preferencialmente pelo Contratante, em veículo oficial. Quando o transporte não puder ser realizado pelo Contratante, a Contratada providenciará o transporte dos profissionais, efetuando o pagamento antecipadamente.

Todas as despesas da Contratada com deslocamento serão pagas mediante nota fiscal própria da empresa acompanhada de planilha que indique a quantidade de viagens efetuadas, a data do deslocamento, se houve ou não a necessidade de pernoite, o nome do trabalhador e o seu respectivo posto, sendo que o pagamento fica condicionado ao ateste do fiscal.

O pagamento do deslocamento será efetuado conforme a efetiva utilização de cada um dos itens.

Nos dias de viagens, havendo necessidade de pernoite na localidade de destino, as despesas com estada e alimentação deverão ser garantidas pela Contratada e serão reembolsadas pelo Contratante. As despesas com o deslocamento integral compreendem transporte intermunicipal; transporte dentro do município; hospedagem com café da manhã; e alimentação (duas refeições diárias).

As estimativas de viagens e valores para o período de 12 (doze) meses estão indicadas na Planilha de Custos e Formação de Preços, em anexo ao Edital.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

Fundamentação: Lei n. 14.133/2021, art. 18, § 1º, VI: “VI - estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação,” c/c Res. CSJT 364/2023, art. 33, VI. Trata-se de elemento obrigatório do ETP, conforme art. 18, § 2º, da Lei 14.133/2021 c/c art. 33 § 1º da Res. CSJT 364/2023.

7. Justificativas para o parcelamento ou não da solução

Conforme disposto no art. 7º, VII, da IN 40/2020, os Estudos Preliminares devem trazer “as justificativas para o parcelamento ou não da solução, se aplicável”.

A demanda pela contratação de serviços de Projetista de Sistemas de Áudio, com chefia, e Técnico em Sonorização, é proveniente da Unidade Técnica de Áudio do Tribunal, com alocação dos mencionados postos de serviço nas dependências dessa unidade demandante, situada em Curitiba.

Considerando que se trata de serviços inter-relacionados, os quais têm como finalidade assegurar a correta utilização dos recursos de áudio e proporcionar a ampliação do conhecimento técnico das rotinas de trabalho relacionadas, com integração de equipes do Tribunal, conclui-se que se trata de serviço não divisível, não sendo aplicável portanto o parcelamento.

Fundamentação: Lei 14.133/2021, art. 18, § 1º, VIII: “VIII - justificativas para o parcelamento ou não da contratação,” c/c Res. CSJT 364/2023, art. 33, VIII: “VIII - justificativas para o parcelamento ou não do objeto, quando necessário para sua individualização,”. Trata-se de elemento obrigatório do ETP, conforme art. 18, § 2º, da Lei n. 14.133/2021 c/c art. 33 § 1º da Res. CSJT 364/2023.

8. Contratações correlatas e/ou interdependentes

Não existem contratações correlatas ou interdependentes com o objeto da presente contratação.

Obs.: Contratações correlatas são aquelas que guardam relação com o objeto principal, interligando-se a essa prestação do serviço, mas que não precisam, necessariamente, ser adquiridas para a completa prestação do objeto principal. Já as contratações interdependentes são aquelas que precisam ser contratadas juntamente com o objeto principal para sua completa prestação.

Fundamentação: Lei 14.133/2021, art. 18, § 1º, XI: “XI – contratações correlatas e/ou interdependentes,” c/c art. 33 XI da Res. CSJT 364/2023. Trata-se de elemento não obrigatório do ETP. Porém, caso não seja contemplado no ETP, deve-se apresentar a devida justificativa, conforme o art. 18, § 2º, da Lei 14.133/2021, c/c art. 33 § 1º da Res. CSJT 364/2023.

9. Demonstrativo da previsão da contratação no Plano de Contratações Anual

Importante destacar que os serviços de projetista de sistemas de áudio, com chefia, e de técnico em sonorização são essenciais para o cumprimento dos objetivos estratégicos do TRT-PR na perspectiva a seguir relacionados, constantes no Plano Estratégico Institucional PEI TRT-PR 2021-2026, instituído pela Resolução 159/2012 do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região:

- Perspectiva Sociedade: a contratação pretendida ajudará o Tribunal a “Fortalecer a comunicação e as parcerias institucionais”, principalmente o que tange a “fortalecer a transparência e a imagem da Justiça do Trabalho”, bem como ajudará a “Promover o trabalho decente e a sustentabilidade”, tendo em vista que tanto nas Sessões de Julgamento, como nas Audiências de 1º Grau e de Dissídio Coletivo de Greve, o uso adequado dos recursos de áudio causa impacto imediato nas atividades relacionadas, que contam com a participação direta da sociedade, seja ela representada por partes em processos, estudantes, sindicatos, advogados, procuradores, palestrantes e demais autoridades que participam dos mais diversos eventos promovidos pelo Tribunal, com profundas discussões e debates relacionados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS da Organização das Nações Unidas – Agenda 2030;



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

- Perspectiva Processos Internos: a contratação pretendida ajudará a “Garantir a duração razoável do processo”, considerando que na realização de Audiências e Sessões de Julgamento o uso adequado dos recursos de áudio assegura a realização ágil, sem interferências, dos respectivos atos de julgamento;

- Perspectiva Aprendizado e Crescimento: considerando que a unidade demandante desta contratação é responsável pelo apoio aos eventos institucionais atualmente está lotada na estrutura da Secretaria Geral de Tecnologia da Informação e Comunicações, a pretendida contratação ajudará a “Aprimorar a Governança de Tecnologia da informação e comunicação - TIC e a proteção de dados”, considerando os requisitos de sigilo aplicáveis aos processos com tramitação em segredo de justiça e visando à “melhoria dos processos de trabalho e da qualidade dos serviços prestados à sociedade”.

A contratação está prevista no Plano de Contratações Anual 2025 – Secretaria Geral de Tecnologia da Informação e Comunicações (SGTIC) (processo Votor 328924), item SIGEO 151102025000167 – Serviços técnicos de áudio (ampliação) – DSTAE, em cumprimento ao despacho de Sua Exa. o Presidente do TRT-9 no processo no PROAD 2905/2024 (documento 20). Finalmente, frise-se que não há política pública a ser atendida com a presente contratação.

Fundamentação: Lei 14.133/2021, art. 18, § 1º, II: “II - demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração;” c/c art. 33 da Res. CSJT 364/2023, II: “II – o alinhamento planejamento estratégico institucional, ao plano de logística sustentável e à previsão no Plano de Contratação Anual, observando os temas e indicadores definidos nos referidos instrumentos;”. Trata-se de elemento não obrigatório do ETP. Porém, caso não seja contemplado no ETP, deve-se apresentar as devidas justificativas, conforme o art. 18, § 2º, da Lei 14.133/2021 c/c art. 33 § 1º da Res. CSJT 364/2023.

10. Demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais ou financeiros disponíveis:

Em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais ou financeiros disponíveis, tem-se que direcionar um servidor para os serviços em questão não seria econômico na medida em que o custo médio de um posto de Projetista de Sistemas de Áudio corresponde a R\$ 15.087,61, e de Técnico em Sonorização corresponde a R\$ 8.282,91, sendo essas as médias dos orçamentos pesquisados.

Por outro lado, considerando o custo médio do posto de Técnico em Sonorização, observamos que o cargo de Técnico Judiciário em início de carreira possui um vencimento de R\$ 3.771,89, GAJ de R\$ 5.280,64 e auxílio-alimentação de R\$ 1.460,40. Isso sem considerar o cômputo do auxílio-saúde que pode ser de até R\$ 1.129,00, além de vantagens pessoais tais como o Adicional de Qualificação. Acrescente-se a isso a despesa de natureza previdenciária a ser desembolsada pelo Tribunal, no valor de R\$ 1.903,24, além da necessidade de substituições para o gozo de férias ou outras ausências legais. Dessa forma, considerando os valores expressos acima, o cargo de Técnico Judiciário em início de carreira acarreta pode acarretar um custo de R\$ 13.545,17 para o Tribunal, ou superior.

Quanto ao posto de Projetista de Sistemas de Áudio, ressaltamos que a contratação se justifica pelo seu elevado nível técnico, bem como a sua especialidade, de modo a tornar mais difícil a captação desse profissional no mercado de trabalho. Com efeito, a necessidade da contratação reside em que as atividades de apoio ao uso dos equipamentos de sonorização são de fundamental importância para as unidades que demandam, realizam ou coordenam eventos institucionais, ao passo que não há, no quadro de pessoal do Tribunal, cargos especializados com as atribuições indicadas. Importante destacar que essas atividades são essenciais para o cumprimento dos objetivos estratégicos do TRT-PR nas perspectivas a seguir relacionadas (Plano Estratégico Institucional PEI TRT-PR 2021-2026):

- Perspectiva Sociedade: a contratação pretendida ajudará o Tribunal a “Fortalecer a comunicação e as parcerias institucionais”, principalmente o que tange a “fortalecer a transparência e a imagem da Justiça do Trabalho”, bem como ajudará a “Promover o trabalho decente e a sustentabilidade”, tendo em vista que tanto nas Sessões de Julgamento, como nas Audiências de 1º Grau e de Dissídio Coletivo de Greve, o uso adequado dos recursos de áudio causa impacto imediato nas



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

atividades relacionadas, que contam com a participação direta da sociedade, seja ela representada por partes em processos, estudantes, sindicatos, advogados, procuradores, palestrantes e demais autoridades que participam dos mais diversos eventos promovidos pelo Tribunal, com profunda discussões e debates relacionados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS da Organização das Nações Unidas – Agenda 2030;

- Perspectiva Processos Internos: a contratação pretendida ajudará a “Garantir a duração razoável do processo”, considerando que na realização de Audiências e Sessões de Julgamento o uso adequado dos recursos de áudio assegura a realização ágil, sem interferências, dos respectivos atos de julgamento;

- Perspectiva Aprendizado e Crescimento: considerando que a unidade demandante desta contratação é responsável pelo apoio aos eventos institucionais atualmente está lotada na estrutura da Secretaria Geral de Tecnologia da Informação e Comunicações, a pretendida contratação ajudará a “Aprimorar a Governança de Tecnologia da informação e comunicação - TIC e a proteção de dados”, considerando os requisitos de sigilo aplicáveis aos processos com tramitação em segredo de justiça e visando à “melhoria dos processos de trabalho e da qualidade dos serviços prestados à sociedade”.

A contratação pretendida, portanto, assegurará a correta utilização dos recursos de áudio e proporcionará a ampliação do conhecimento técnico das rotinas de trabalho relacionadas, com integração de equipes, promovendo maior produtividade e qualidade do trabalho final, valorizando o ambiente institucional do Tribunal.

A contratação dos postos pretendidos proporcionará o necessário apoio nas ações de utilização dos recursos de áudio e ampliação do conhecimento técnico das rotinas de trabalho relacionadas, com integração de equipes do Tribunal, a fim de garantir o cumprimento do objetivo de “*Fortalecer a comunicação e as parcerias institucionais, com o uso de ferramentas digitais*” do Plano Estratégico da Justiça do Trabalho 2021- 2026.

Dado o exposto, conclui-se que a presente contratação consiste na forma mais adequada do ponto de vista da economicidade e do melhor aproveitamento dos recursos humanos e financeiros disponíveis, para o suprimento da ausência de cargos especializados em projetista de sistemas de áudio e de técnico em sonorização, no quadro de pessoal do Tribunal.

Fundamentação: Lei 14.133/2021, art. 18, § 1º, IX: “IX - demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis;”, c/c art. 33 da Res. CSJT 364/2023, IX. Trata-se de elemento não obrigatório do ETP. Porém, caso não seja contemplado no ETP, deve-se apresentar a devida justificativa, conforme o art. 18, § 2º, da Lei 14.133/2021, c/c art. 33 § 1º da Res. CSJT 364/2023.

11. Providências para adequação do ambiente do órgão:

Não serão necessárias adequações na Unidade do Tribunal, tampouco será necessária capacitação dos servidores responsáveis pela contratação e fiscalização do contrato.

Fundamentação: Lei 14.144/2021, art. 18, § 1º, X: “X - providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual;”, c/c art. 33 da Res. CSJT 364/2023, X: “X - providências para adequação do ambiente do órgão, se necessário, bem como quanto à capacitação de servidores para fiscalização e gestão contratual;”. Trata-se de elemento não obrigatório do ETP. Porém, caso não seja contemplado no ETP, deve-se apresentar a devida justificativa, conforme o art. 18, § 2º, da Lei 14.133/2021 c/c art. 33 § 1º da Res. CSJT 364/2023.

12. Descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras:

Não há a previsão de impactos ambientais decorrentes da presente contratação, haja vista a adoção das providências referentes a sustentabilidade ambiental indicadas no Termo de Referência.

Fundamentação: Lei 14.133/2021, art. 18, § 1º, XII: “XII - descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável;”, c/c art. 33 da Res. CSJT 364/2023, XII. Trata-se de elemento não obrigatório do ETP. Porém, caso não seja contemplado no ETP, deve-se apresentar a devida justificativa, conforme o art.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

18, § 2º, da Lei 14.133/2021, c/c art. 33 § 1º da Res. CSJT 364/2023.

13. Posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação à necessidade a que se destina:

Após este estudo preliminar, entendemos viável e adequada a contratação para prestação de serviços terceirizados de Projetista de Sistemas de Áudio, com chefia, e de Técnico em Sonorização, com o fornecimento de mão de obra necessária à execução dos serviços, para o Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, e justifica-se a contratação de empresa especializada na prestação de tais serviços. Conclui-se que a presente contratação se destina a garantir a melhora da prestação jurisdicional à sociedade por meio de solução (terceirização ao invés da execução dos serviços por servidor público) mais eficiente e eficaz disponível.

Após este estudo preliminar, verificamos que o serviço objeto desta contratação é fundamental para assegurar a correta utilização dos recursos de áudio e proporcionar a ampliação do conhecimento técnico das rotinas de trabalho relacionadas, com integração de equipes do Tribunal, promovendo maior produtividade e qualidade do trabalho final. As atividades de instalação, operação, entre outras correlatas, de equipamentos de som apoiam a atuação dos magistrados pois produzem efeitos diretos na duração razoável do processo, na medida em que permite a capacitação de magistrados para a resolução dos conflitos para a obtenção de um serviço de qualidade na administração de Justiça.

Com esta contratação será possível conciliar menores custos e o atendimento adequado das necessidades da Administração. Isto posto, constatamos, portanto, que é uma contratação viável e razoável. Será consignada a existência de orçamento disponível para a contratação.

Fundamentação: Lei 14.133/2021, art. 18, § 1º, XIII: “XIII - posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina”, c/c art. 33 da Res. CSJT 364/2023, XIII. Trata-se de elemento obrigatório do ETP, conforme o art. 18, § 2º, da Lei 14.133/2021, c/c art. 33 § 1º da Res. CSJT 364/2023.

14. Análise da necessidade de classificação nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

Por se tratar de contratação para a prestação de serviços de projetista de sistemas de áudio, com chefia, e de técnico em sonorização, para o Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, a hipótese não se enquadra no rol do art. 23 da Lei nº. 12.527/2011. Dessa forma, não é o caso de classificação de informações com vistas à restrição de acesso como ultrassecreta (25 anos), secreta (15 anos) ou reservada (5 anos), na forma do art. 24 da Lei nº. 12.527/2011.

Fundamentação: Lei n. 14.133/2021, art. 6º, XXIII, “b”, c/c IN SEGES 58/2022, art. 13: “Art. 13. Ao final da elaboração do ETP, deve-se avaliar a necessidade de classificá-lo nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.”.

15. Análise do processamento por meio do sistema de registro de preços.

Não haverá processamento por meio do sistema de registro de preços.

Fundamentação: Lei n. 14.133/2021, art. 40 (*O planejamento de compras deverá considerar a expectativa de consumo anual e observar o seguinte.*); Decreto nº 11.462/2023, art. 3º (*O SRP poderá ser adotado quando a Administração julgar pertinente, em especial: I - quando, pelas características do objeto, houver necessidade de contratações permanentes ou frequentes; II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida, como quantidade de horas de serviço, postos de trabalho ou em regime de tarefa; III - quando for conveniente para atendimento a mais de um órgão ou a mais de uma entidade, inclusive nas compras centralizadas; IV - quando for atender a execução descentralizada de programa ou projeto federal, por meio de compra nacional ou da adesão de que trata o § 2º do art. 32; ou V - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.*)



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

Anexos	<ul style="list-style-type: none">- Convenção Coletiva de Trabalho 2024/2025 do Sindicato dos Radialistas Profissionais e dos Trabalhadores em Empresas de Radiodifusão e Televisão do Estado do Paraná, firmada com o Sindicato das Empresas de rádio e Televisão do Estado do Paraná, com registro no MT sob o número PR001069/2024, em 22-05-2024;- cópia do processo PROAD 2905/2024;- CBO - Classificação Brasileira de Ocupações;- Planilha modelo de custos, uniformes, equipamentos;- Nota Técnica - Pesquisa de Preços;- Mapa comparativo de preços;- Mapa de Riscos (Fundamentação: Lei n. 14.133/2021, art. 18, X: “X a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual;”, c/c art. 51 da Res. CSJT 364/2023, § 2º.)
---------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Equipe de Planejamento da contratação:

MÁRCIO DOS SANTOS HIDALGO

CLEMERSON KEIBER

FERNANDA DE ALMEIDA SANTANA

ADRIANO FERREIRA RAMOS